

Acusações marcam política capixaba

César Felício e André Vieira

De São Paulo

Em 20 anos de vida pública, a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) escapou do tiroteio de acusações de irregularidades que marca a política do Espírito Santo. Situação que não se repete com o marido, o senador Gérson Camata (PMDB), que recebe e faz acusações contra seu inimigo político, o deputado federal Max Mauro (PTB-ES), há quase 20 anos.

Governador do Espírito Santo de 1983 a 1986, Camata se elegeu senador naquele ano na mesma eleição em que Max Mauro foi eleito governador do Estado. Apesar de ambos pertencerem ao PMDB, Camata não apoiou a eleição de Mauro que não demorou a fazer acusações a seu antecessor.

Em setembro de 1987, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, editado pela Fundação

Getúlio Vargas, Max Mauro convocou a bancada federal do Espírito Santo para dizer que Camata recebia comissões de 10% a 15% do valor de obras feitas por empreiteiras no Estado.

No ano seguinte, o governador Mauro não impediu a instalação de uma CPI para apurar o pagamento de comissões acima do permitido em empréstimos externos durante o governo Camata. Segundo as denúncias, o banco do Estado (Banestes) teria cobrado uma comissão de US\$ 3 milhões (ou mais de 10%) para contratação de um empréstimo externo de US\$ 25 milhões, quando as normas do Banco Central na época (1985) exigiam limite de 3%.

Em relação às duas denúncias, Camata entrou com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) por calúnia e difamação contra o governador, dando início a uma troca de chumbo e de representações

judiciais entre os dois políticos capixabas que dura até hoje. Um dos últimos lances da briga foi há dois anos, quando Camata foi objeto de duas denúncias veiculadas pela revista "Istoé". Uma é a que ele teria ligações com o empresário Toninho Roldi, envolvido com o crime organizado. A evidência seria o registro de um pagamento de Roldi para o irmão de Camata, Rogério, candidato a vereador em Rio Bananal, município do Estado.

A outra é que teria sido leniente com o jogo do bicho quando governador. O senador acusou Max Mauro de estar por trás das duas acusações. Nada foi provado contra Camata. Max Mauro, candidato ao governo do Espírito Santo, está recebendo o troco. Seu filho homônimo, prefeito de Vila Velha, acaba de escapar de um processo de cassação do mandato pela Justiça Eleitoral, alimentado por denúncias de abuso econômico, di-

vulgadas por aliados de Camata.

Reeleito senador em 1994, Camata apoiou a eleição de José Ignácio Ferreira (PSDB) para o governo quatro anos mais tarde, mas não foi afetado pela torrente de denúncias que quase levou Ignácio ao impeachment, desvinculando-se do governador. No ano passado, ao saber que Ignácio havia ingressado no PMDB, o senador e Rita Camata deram um ultimato à direção do partido: ou revertiam a filiação, ou ambos deixariam a sigla. A ameaça funcionou e Ignácio saiu da sigla 24 horas depois.

Nas últimas semanas, Gérson Camata está sob ataque de organizações ambientalistas em razão de um pronunciamento que fez em março, da tribuna do Senado, em defesa da Aracruz Celulose, acusando a Assembléia Legislativa de promover uma campanha contra a maior empresa do Estado ao proibir o plantio de eucaliptos.